

A construção sociológica da juventude—alguns contributos*

1. INTRODUÇÃO: PARADOXOS DA JUVENTUDE

Tem começado a generalizar-se uma «consciência sociológica» que toma a juventude —categoria da linguagem comum, de intervenção administrativa, do discurso político— como um *mauvais objet*: objecto «pré-construído» que importa «destruir» para eventualmente o «reconstruir»¹.

Quer isto dizer que a teoria sociológica se vê cada vez mais confrontada com a necessidade de estabelecer rupturas com as representações correntes da juventude, isto é, de estabelecer rupturas com a *doxa* dominante², tentando, em contrapartida, desenvolver, em relação à realidade socialmente construída que é a *juventude*, outra *doxa* mais firme que a espontânea, sem que hesite —é mesmo uma necessidade— em tornar-se *paradoxa*³.

Aliás, a emergência das teorias científicas é sempre de natureza *paradoxa*⁴. E, como as teorias, também os conceitos são paradoxos, até no sentido em que se multiplicam para cobrirem aparentes unidades da realidade, como afinal acontece, como veremos, com o conceito de *juventude*.

* Agradeço à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica o apoio que me possibilitou a frequência de um seminário sobre sociologia da juventude, dirigido por Bob Coles, na Universidade de York, onde recolhi grande parte da informação bibliográfica que documenta este artigo. As mais interessantes ideias deste artigo não teriam, contudo, sido desenvolvidas sem as preciosas orientações que me foram dadas pelo Prof. A. Sedas Nunes. Na verdade, algumas dessas ideias apareceram pioneiramente desenvolvidas, há mais de vinte anos, no seu estudo «As gerações na sociedade moderna», in *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento*, Lisboa, Moraes Editores, 1968, pp. 75-152.

Uma versão deste artigo foi apresentada e discutida no V Simpósio de Psicopatologia Dinâmica (Adolescência), organizado pela Sociedade Portuguesa de Psicanálise e realizado a 27 e 28 de Outubro de 1989, na Universidade Católica Portuguesa.

¹ G. Mauger, «Formes et fonctions des discours sociaux sur la jeunesse. La jeunesse mauvais objet», in F. Proust (coord.), *Les Jeunes et les Autres*, Centre de Recherche Interdisciplinaire de Vauresson, Vauresson, 1985, vol. 1, p. 85.

² Refere-se a *doxa* às opiniões espontâneas e consuetudinárias — «ensemble des opinions communes, croyances établies, idées reçues, ce qui va de soi sans être discuté», Alain Accardo e Philippe Corcuff, *La Sociologie de Bourdieu*, Éditions Mascarot, Bordéus, 1986, p. 204.

³ Não no sentido de *aproximação* à *doxa*, mas no outro sentido do prefixo grego *pára*: isto é, no de *oposição* à *doxa* dominante.

⁴ Ver, sobre este assunto, o clássico livro de Thomas S. Kuhn, *Las Estructuras de las Revoluciones Científicas*, Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1981 (1.ª ed., 1962), especialmente os caps. VII («La crisis y la emergencia de las teorías científicas») e X («Las revoluciones como cambios del concepto del mundo»).

Com efeito, a juventude começa por ser uma categoria socialmente manipulada e manipulável e, como refere Bourdieu, o facto de se falar dos jovens como uma «unidade social», um grupo dotado de «interesses comuns» e de se referirem esses interesses a uma faixa de idades constitui, já de si, uma evidente manipulação⁵. Na verdade, nas representações correntes da juventude, os jovens são tomados como fazendo parte de uma cultura juvenil «unitária». No entanto, a questão central que se coloca à sociologia da juventude é a de explorar não apenas as possíveis ou relativas *similaridades* entre jovens ou grupos sociais de jovens (em termos de situações, expectativas, aspirações, consumos culturais, por exemplo), mas também — e principalmente — as *diferenças sociais* que entre eles existem. Por outras palavras, e como há uma vintena de anos A. Sedas Nunes o reconhecia, «não se vê como possam englobar-se numa mesma geração — e, por conseguinte, *num mesmo grupo* — indivíduos que, apesar de coetâneos e portadores do sentimento comum de se encontrarem em presença de outras gerações na sociedade, se identificam a si mesmos como pertencendo, por exemplo, a classes sociais, grupos ideológicos ou grupos profissionais *diferentes*»⁶.

A sociologia da juventude, ela própria, tem vacilado, como veremos, entre duas tendências:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada «fase da vida», prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida — aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de um geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Nestoutro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de *juventude* universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum.

Se as culturas juvenis aparecem geralmente referenciadas a conjuntos de crenças, valores, símbolos, normas e práticas que determinados jovens dão mostras de partilhar, o certo é que esses elementos tanto podem ser *próprios* ou *inerentes* à fase de vida a que se associa uma das noções de «juventude», como podem, também, ser *derivados* ou *assimilados*⁷: quer de gerações precedentes (de acordo com a corrente *geracional* da sociologia da juventude), quer, por exemplo, das trajectórias de classe em que os jovens se inscrevem (de acordo com a corrente *classista*). Aos diferentes sentidos que o termo «juventude» tem tomado e às manifestações de sen-

⁵ Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Éditions de Minuit, Paris, 1980, p. 145.

⁶ A. S. Nunes, *Sociologia e Ideologia [...]*, p. 91.

⁷ Sobre os conceitos de «inerência» e «assimilação» aplicados às ideologias ver George Rudé, *Revuelta Popular y Conciencia de Clase*, Editorial Crítica, Barcelona, 1981.

tido contrário que entre os jovens é possível encontrar — nos seus comportamentos quotidianos, nos seus modos de pensar e de agir, nas suas perspectivas em relação ao futuro, nas suas representações e identidades sociais — chamarei, em termos latos, os *paradoxos da juventude*. Sobre estes e outros paradoxos me proporia reflectir, começando, no entanto, pelas representações (ou *doxas*) mais vulgares da juventude, para depois chegar à noção (paradoxa) de juventude como *construção sociológica*.

2. A JUVENTUDE E OS PROBLEMAS SOCIAIS

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados «problemas sociais». Se os jovens não se esforçam por contornar esses «problemas», correm mesmo riscos de serem apelidados de «irresponsáveis» ou «desinteressados». Um adulto é «responsável», diz-se, porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos.

Os problemas que, contemporaneamente, mais afectam a «juventude» — fazendo dela, por isso mesmo, um problema social — são correntemente derivados da dificuldade de entrada dos jovens no mundo do trabalho⁸. De facto, a crise de emprego, que é extensiva a toda a Europa ocidental e que, entre outras razões, se deve ao *baby boom* posterior à segunda guerra mundial, tem afectado principalmente os jovens. Em Portugal, de acordo com o XII Recenseamento Geral da População, 62% da população desempregada portuguesa dizem respeito a jovens dos 15 aos 29 anos⁹. Se a emigração e a guerra colonial foram importantes factores de manutenção do aparente equilíbrio do «mercado de trabalho» ou do «sistema de emprego» até meados da década de 70, a posterior expansão do desemprego a partir de fluxos provenientes da inactividade, nomeadamente entre os jovens, parece instalar-se como «tendências duradoura»¹⁰, sem que, no entanto, seja fácil avaliar a verdadeira dimensão do fenómeno. Na verdade — e para já não falar das imprecisões relativamente àquilo que o conceito de

⁸ J. C. Lagrée e P. Lew-Fai, *La Jeunesse en Question. Orientations de la Recherche et Sources Documentaires en Sciences Sociales 1982*, La Documentation Française, Paris, 1983, e Gabrielle Balazs e Jean-Pierre Faguer, «La forme jeune. Bilan de travaux sur les jeunes et l'emploi 1968-1981», in F. Proust (coord.), *Les Jeunes et les Autres*, Centre de Recherche Interdisciplinaire de Vaucreson, 1986, vol. 1, pp. 65-77.

⁹ Valor confirmado para 1986, ano em que 64% do desemprego atinge franjas etárias abaixo dos 30 anos. Ver Roberto Carneiro, *Portugal. Os Próximos 20 Anos. Educação e Emprego em Portugal. Uma Leitura da Modernização*, vol. v, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 73. Neste mesmo estudo, o ministro da Educação, Roberto Carneiro, refere: «Uma atenção muito especial terá de ser dada ao desemprego de jovens, uma vez que o prolongamento nos próximos 20 anos de altas taxas de desemprego deste grupo social poderá exercer uma pressão intolerável no mundo do trabalho e elevar o grau de 'fadiga social' a um ponto de pré-rotura», id., *ibid.*, p. 26.

¹⁰ Maria João Rodrigues, «Sistemas de emprego e opções estratégicas em Portugal», in *Emprego e Formação*, n.º 4, Janeiro de 1988, pp. 72-73.

desemprego pode recobrir ou das omissões e sistemáticas distorções que as estatísticas oficiais de desemprego revelam —, o desemprego juvenil é um dos mais rebeldes ao recenseamento estatístico. A multiplicidade de relações de pertença e a circulação incessante por diversas situações — nomeadamente perante o trabalho (desemprego, inactividade, emprego, formação, aprendizagem, trabalho clandestino, intermitente, parcial, etc.) — constituem um dos traços específicos da juventude de hoje.

As dificuldades de acesso a um emprego reflectem-se nas dificuldades de acesso à habitação. Alguns jovens recém-casados vêem-se forçados a coabitar com os pais, o que pode também constituir fonte de «problemas», para já não falar dos que retardam a idade de casamento e continuam a viver com os pais, por dificuldades de obtenção de emprego e casa própria¹¹.

Por outro lado, a «cultura juvenil» requer um espaço social próprio. As carências e dificuldades nos domínios da habitação, do emprego e da vida afectivo-sexual podem converter-se numa fonte aguda de conflitos e problemas. A emancipação dos jovens, que tradicionalmente tem culminado com a constituição de um «lar» próprio, habitualmente precedida pela obtenção de emprego, encontra-se, nesta perspectiva, cada vez mais bloqueada. No caso de os jovens prolongarem os laços de dependência familiar, cultivando, ao mesmo tempo, um universo cultural distinto do da família de origem, essa convivência, forçadamente prolongada, pode traduzir-se por conflitos familiares de alguma intensidade. Aliás, as dificuldades de constituição de um «lar», em idades socialmente consideradas como as mais apropriadas, faz que alguns jovens rejeitem — em alguns casos, não sem a contrariedade da família — o modelo tradicional de casamento e optem por relações pré-matrimoniais ou «uniões livres», ou, ainda, adiram ao aborto, às relações precárias, ao divórcio e às chamadas variantes da vida sexual¹².

Algumas décadas atrás, outros «problemas» ganhavam a dianteira, como os da «revolta», da «marginalidade» ou da «delinquência». Por exemplo, em Portugal, nos anos de 1950-60, um dos problemas mais preocupantes, para determinados sectores da sociedade portuguesa, era o dos jovens universitários. As instituições universitárias pareciam então encaminhar-se para uma situação de crise generalizada. Começavam a ser invadidas por contingentes de alunos que largamente suplantavam as capacidades de absorção de tamanha procura. Por outro lado, cristalizadas em moldes institucionais recebidos de uma época historicamente ultrapassada, «isoladas» do meio social envolvente, impossibilitadas de corresponder às novas necessidades e solicitações resultantes do desenvolvimento económico, as universidades careciam de uma reforma geral — e a verificação dessa carência preocupava certos círculos da sociedade portuguesa, como a Igreja, que terá sido das primeiras instituições a dar-se conta, no anterior

¹¹ É esta uma tendência que se regista entre todos os países da CEE. Ver *Young Europeans in 1987*, ECSE-EEC-EAEC, Office for Official Publications of the European Communities, Bruxelas-Luxemburgo, 1989. Os jovens portugueses são, aliás, dos que revelam maior preocupação em relação aos problemas de habitação.

¹² L. Roussel, «La cohabitation juvénile en France», in *Population*, 1, 1978, F. de Singly, «Le mariage informel», in *Recherches Sociologiques*, 1, 1981, e José Machado Pais, «Família, sexualidade e religião», in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 86, 1985.

regime, de que os problemas do ensino superior e da juventude se reves-tiam, para a sociedade portuguesa, de essencial importância, do ponto de vista económico, social, cultural e político.

Progressivamente, os «problemas» dos jovens universitários foram-se modificando. Ao aumento da escolarização e da formação escolar nem sempre terá correspondido uma maior qualificação profissional, nem uma maior adequação do sistema de ensino ao mercado de trabalho, facto que terá também contribuído — e limito-me a reproduzir a *doxa* dominante no discurso político e no dos *media* — para uma apreciável frustração e desilusão entre os jovens. Contudo, o processo de *concentração e peninsularização* universitárias, iniciado nas décadas de 50-60, por não ser linear — tanto na sua natureza como nas suas implicações —, não pode ser objecto de uma única interpretação sociológica. Os movimentos estudantis da década de 60, em países em vias de desenvolvimento, como Portugal, e surgidos em contextos urbanos, ter-se-ão organizado indirectamente contra as gerações mais velhas e directamente contra um poder e um regime político que não facilitava a participação dos jovens ao nível institucional¹³. Actualmente, e muito embora ainda se considerem baixos os níveis de associativismo, activismo e participação política dos jovens¹⁴ — apesar das possibilidades democraticamente instituídas de participação política —, os «problemas» dos jovens universitários (e dos jovens em geral) são problemas principalmente remetidos para as dificuldades de inserção profissional, readquirindo cada vez mais relevo outros «problemas», associados ao consumo de droga, à delinquência, etc.

De facto, se, nos finais dos anos 60, a juventude era um «problema», na medida em que era definida como protagonista de uma crise de valores e de um conflito de gerações essencialmente situado sobre o terreno dos comportamentos éticos e culturais, a partir da década de 70, os «problemas» de emprego e de entrada na vida activa tomaram progressivamente a dianteira nos estudos sobre a juventude, que, diria mesmo, quase se transformou numa *categoria económica*¹⁵.

A passagem de um período de expansão económica a um período de recessão terá sido, assim, acompanhada de uma mudança progressiva do tipo de problemáticas sociológicas dominantes. É por esta razão que os recentes estudos e documentos comunitários sobre os jovens não deixam de permanentemente aludir à crise económica e aos problemas daí derivantes: «problemas» económicos, como o aumento dos custos sociais do desemprego, ou como o desfasamento crescente entre, por um lado, o desenvol-

¹³ Também em França do «Maio de 68», a formação de uma universidade de «massas» acabou por cavar um fosso entre as esperanças de mobilidade dos estudantes e as reais possibilidades oferecidas a essa mobilidade — diminutas, em consequência dessa massificação. Ver R. Boudon, «Mai 68, crise ou conflit, aliénation ou anomie?», in *L'Année Sociologique*, vol. xix, 1968, pp. 223-242.

¹⁴ Manuel Braga da Cruz e outros, «A condição social da juventude portuguesa», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. xx, n.ºs 81-82, pp. 285-308.

¹⁵ Cf. os estudos consagrados aos jovens pela CEE, no âmbito do PRADME (Programme de Recherche et d'Actions sur le Développement du Marché de l'Emploi). Ver também P. Willis, *Learning to Labour*, Farnborough, Saxon House, 1977; J. Bazalgette, *School Life and Work Life*, Hutchinson, 1978; P. Corrigan, *Schooling the Smash Street Kids*, MacMillan, Londres, 1979; L. Clarke, *The Transition from School to Work: A Critical Review of Research in the United Kingdom*, HMSO, Londres, 1980.

mento tecnológico e, por outro lado, a desqualificação de significativas camadas juvenis; mas também «problemas» sociopolíticos, já que longos períodos de desemprego poderão originar «descontentamentos» e estar na base de comportamentos «agressivos» ou «marginais» entre alguns jovens¹⁶.

Questão essencial é a de saber se esse pessimismo que hoje em dia transparece também no discurso «científico» sobre a juventude não será uma ressonância do discurso que atravessa o olhar das gerações adultas sobre as gerações jovens¹⁷, isto é: em que medida os «problemas sociais» não arrastarão, ou, melhor, não contaminarão as próprias «problemáticas sociológicas»?

Como quer que seja, outrora, como agora, foram e são «problemas» do género dos apontados que continuam a dar especificidade e razão de existência à fase de vida a que se refere a juventude, muito embora, nos anos 60, se tenha dado uma ruptura nas representações sociais dominantes da juventude. A juventude, «militante», «utópica» e cultivadora da «solidariedade» dos anos 60 e princípios da década de 70, a *doxa* dominante contrapõe uma juventude mais «céptica», «pragmática» e «individualista».

Porque esses problemas são sentidos, apercebidos e reconhecidos socialmente, a juventude —quando referida a uma *fase de vida*— pode e deve ser encarada como uma *construção social*. Como construir, em contrapartida, um discurso sociológico a propósito dessa construção social?

3. A PROBLEMATIZAÇÃO SOCIOLÓGICA DA JUVENTUDE

Apresentei uma versão da juventude. A juventude como problema social: eles são os problemas de inserção profissional, os problemas de droga, os problemas de delinquência, os problemas com a escola, os problemas com os pais, só para focar alguns dos problemas socialmente mais reconhecidos como específicos dos jovens. Mas sentirão os jovens estes problemas como os *seus problemas*?

Esta interrogação é um exemplo muito simples de problematização sociológica da juventude; de como transformar o problema social da «juventude» em problema sociológico. Toda a interrogação é um produto da incerteza ou uma pressuposta tentativa de desmistificação de uma certeza dada como inquestionável. A juventude é um mito ou quase mito que os próprios *media* ajudam a difundir e as notícias que estes veiculam a propósito da cultura juvenil ou de aspectos fragmentados dessa cultura (manifestações, modas, delinquência, etc.) encontram-se afectadas pela forma como tal cultura é socialmente definida¹⁸.

¹⁶ D. Karsten, *Programme de Création d'Emploi dans la Communauté Européenne*, Étude 80/41, PRAEME, Service Central Automatisé de Documentation (SCAD), CEE, 1980.

¹⁷ Jean-René Pendaries, *Jeunes, Emploi et Modes de Vie: Orientations et Perspectives des Travaux de la Commission des Communautés Européennes*, CERCOM - GERM, Marselha, 1987.

¹⁸ Ver S. Cohen, *Folk Devils and Moral Panics: the Creation of Mods and Rockers*, Londres, McGibbon and Kee, 1979, 3.ª ed.; John Muncie, «The Trouble with Kids Today», in *Youth and Crime in Post-War Britain*, Londres, Hutchinson, 1984; e Peter Marsh, Elizabeth Rosser e Rom Harré, *The Rules of Disorder*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1987 (1.ª ed., 1978).

As condutas «homogéneas» dos jovens acabarão, então, por ser *heterónimas*¹⁹, na exacta medida em que são sugeridas pelos *mass media*, pelos discursos políticos e por intervenções administrativas de vária ordem. A própria sociologia participa, por vezes, nesta construção heterónima ao enfatizar as representações de senso comum que predominam sobre a juventude. Por exemplo, alguns estudos têm defendido a passagem, entre os jovens, de uma «socialização de produção» a uma «socialização de consumo», da mesma forma que, paralelamente, alimentam pressentimentos nostálgicos de «desencantamento» e «passividade» entre os jovens. Sem que se possam negar os efeitos reais da socialização de consumo, designadamente através dos *media*²⁰, cabe questionar: se é corrente o argumento de que a socialização de consumo se tem referido a processos dominados por actos receptivos e reflexivos, designadamente os de aprendizagem; se é também corrente o argumento de que a socialização de produção designa, em contrapartida, processos dominados por actos de extroversão que se exprimem por resultados tangíveis, no que se refere, por exemplo, à realização profissional²¹, o certo é que esses argumentos podem ser postos em causa no âmbito das culturas juvenis, isto é, aos pressentimentos nostálgicos de «desencantamento do mundo» pode opor-se a ideia de «reencantamento» provocado pelo apego dos jovens aos «santuários do quotidiano»²². Outro exemplo. Alguns dos mais afamados trabalhos da sociologia da juventude²³, em vez de se basearem em observações directas, funcionam, de certo modo, como «caixas de ressonância» dos *media*, acabando os estilos mais badalados das culturas juvenis por serem tomados como indiscutíveis e mesmo dominantes. A realidade poderá ser diferente. Para a ela chegar torna-se contudo necessário penetrar nos meandros dos quotidianos dos jovens. Finalmente, nalguns *media* é possível encontrar uma imagem das culturas juvenis retratada como «ameaçadora» para a sociedade. Paradoxo dos paradoxos, essa imagem pode ser alimentada ou caucionada por análises sociológicas centradas nos mais «espectaculares» aspectos da «cultura juvenil», que, justamente, são os que mais interessam aos *media*.

A definição da cultura juvenil, nos termos acabados de descrever, é, como qualquer *mito*, uma construção social que existe mais como representação social do que como realidade²⁴.

Alguns jovens reconhecer-se-ão parte integrante desse mito, outros não. Entre os primeiros, o mito transforma-se parcialmente em realidade, formando-se entre eles uma espécie de «consciência geracional» que os leva

¹⁹ François Dubet, *La Galère: Jeunes en Survie*, Paris, Fayard, 1987, p. 160.

²⁰ Ver, por exemplo, Maria Luísa Schmidt. «A evolução da imagem pública da juventude portuguesa: 1974-84», in *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, 1985, pp. 1053-1066.

²¹ A asserção de que o trabalho se encontra orientado para o «exterior», enquanto o consumo se orienta para o «interior», foi desenvolvida, entre outros, por Martin Baethge, «L'individualisation comme espoir et danger: apories et paradoxes de l'adolescence dans les sociétés occidentales», in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. XXXII, n.º 4, 1985, pp. 479-492.

²² Ph. Lucas, *La Religion de la Vie Quotidienne*, Paris, PUF, 1981.

²³ Um caso exemplar é o trabalho de S. Hall e T. Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals*, Londres, Hutchinson, 1976.

²⁴ G. Mauger, «Pour une approche sociologique de la notion de jeunesse», in *Cahiers «Jeunesse et Sociétés»*, n.º 2, Maio de 1984, e, do mesmo autor, «La 'jeunesse' dans les 'âges de vie': une 'définition préalable'», in *Temporalistes*, n.º 11, Maio de 1989, p. 5.

a acentuar diferenças relativamente a outras gerações. Entre os segundos há o reconhecimento (quase sociológico) de que ser jovem é uma experiência distinta daquelas que outros jovens vivem.

Desafio que se coloca à sociologia é, então, o da desconstrução (desmistificação) sociológica de alguns aspectos da construção social (ideológica) da juventude, que, em forma de mito, nos é dada como uma entidade homogénea.

Essa desconstrução da juventude como representação social (do senso comum) acabará por se revelar como uma construção sociológica — isto é, científica e necessariamente *paradoxa* — da juventude. A representação social da juventude dará lugar à realidade sociologicamente construída.

A «sociologia» do «social» (de que haveria de ser?) acabará aqui por se revelar como a problematização (sociológica) de certos problemas (sociais) sendo então que o *significante social* (predominantemente em forma de ideologia) se transforma em *significado sociológico* (predominantemente em forma de discurso científico).

Justamente porque as *fases da vida* (vulgarmente identificadas com a infância, a adolescência, a juventude, a meia-idade e a velhice) têm variado enquanto *tranches* de idade ao longo da história, cabe perguntar: quais os factores sociais que determinarão, em determinados períodos, a construção social de determinadas fases de vida? Aqui temos outro exemplo muito simples de *interrogação e problematização* sociológicas.

Proceder à explicação das transformações que têm afectado a juventude quando referida a uma fase de vida, ou seja, quando referida a um processo que se desenvolve num período determinado de tempo, isto é, que se inscreve numa duração, é um dos desafios que se colocam à sociologia. A juventude, quando aparece referida a uma fase de vida, é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo.

Foi Reuter, num artigo há já algumas décadas produzido²⁵, um dos primeiros sociólogos a reconhecerem que a adolescência não se refere a uma fase de vida que tenha de necessariamente emergir, em todas as sociedades, entre a infância e a idade adulta. Antes, contudo, já Mead havia reconhecido que a adolescência se reportava a uma fase de vida com limites cronológicos flutuantes, variando a sua duração de cultura para cultura²⁶. Os trabalhos de Reuter e Mead vieram pôr definitivamente em causa as teses então dominantes, que se limitavam a considerar a adolescência um corolário inevitável da maturação biológica e psicológica²⁷.

A segmentarização do curso de vida em sucessivas fases — a *juventude* aparece associada a uma delas — é, por conseguinte, produto de um complexo processo de *construção social*. Determinadas fases de vida apenas são reconhecidas, enquanto tal, em determinados períodos históricos, isto é, em períodos nos quais essas fases de vida são socialmente vistas como

²⁵ E. B. Reuter, «The Sociology of Adolescence», in *American Journal of Sociology*, vol. 43, 1937, pp. 414-427.

²⁶ M. Mead, *Sex and Temperament in Three Primitive Societies*, Routledge & Kegan Paul, 1935.

²⁷ Por exemplo, P. Blos, *On Adolescence*, Glencoe, The Free Press, 1962, e D. Miller, *The Age Between*, Londres, Hutchinson, 1969.

geradoras de «problemas» sociais. No entanto, o reconhecimento sociológico da associação de determinadas idades a determinadas fases de vida é uma descoberta que envolve a nem sempre escorreita convergência de factores de natureza institucional e cultural²⁸.

Geralmente, são os indivíduos quem, no dia-a-dia, tomam consciência de determinadas características específicas a um período da sua vida. Se estas características afectam um universo considerável de indivíduos — pertencentes, na sua maioria, a uma geração demográfica —, elas são culturalmente incorporadas em determinados modos de vida. Se essas características, específicas a um determinado período de vida, se apresentam como expressão de determinados «problemas» sociais, atraem a atenção dos poderes públicos, podendo surgir medidas — legislativas ou de «terapêutica» social — que, por via institucional, consigam dar resolução parcial a esses problemas. Estas medidas interferem, por sua vez, na vida quotidiana dos indivíduos, podendo influenciar o *timing* das transições de uma para outra fase de vida. É o caso de medidas, eventualmente de sentido contraditório no que respeita ao retardamento ou mais rápido ingresso dos jovens na vida activa, como o prolongamento da escolaridade obrigatória ou a criação de programas de formação profissional, embora ambas as medidas tenham o objectivo comum, e latente, de luta contra o desemprego juvenil.

Deste modo, o surgimento da infância, na Europa, entre finais do século XVIII e princípios do século XIX, como sugere Ariès, pode ser correlacionado com duas importantes tendências demográficas: o declínio da mortalidade infantil e das taxas de natalidade²⁹. Tendo emergido entre famílias de condição social elevada, a infância, como fase distinta de desenvolvimento, tornou-se tema de volumosos ensaios literários sobre educação infantil³⁰. Posteriormente, os «problemas sociais» associados à infância — desta feita entre camadas de população mais humilde — determinaram a necessidade de assistência às crianças, a sua defesa mediante medidas legislativas que regulamentassem o trabalho infantil e, enfim, a consolidação da infância como fase de vida.

A posterior aparição da *idade bebé* não pode deixar de ser também interpretada como uma construção social, pelo menos no campo da medicina³¹. Torna-se para tanto necessário olhar o «conhecimento médico» como um produto social específico ou distintivo, isto é, construído e actualizado como uma prática social. O reconhecimento da «idade bebé», em termos clínicos, correspondeu ao surgimento de uma série de

²⁸ Ver as tão interessantes páginas consagradas a este assunto do livro de Philip Abrams *Historical Sociology*, Somerset, Open Books, 1982 (cap. 8, «The Historical Sociology of Individuals: Identity and the Problem of Generations», pp. 227-266), e Tamara K. Hareven e Kathleen J. Adams, *Ageing and Life Course Transitions*, Londres, Tavistock, 1982.

²⁹ P. Ariès, *Centuries of Childhood*, Harmondsworth, Penguin, 1976. Também A. Sauvy interpreta os acontecimentos de Maio de 68, em França, como resultado do crescimento demográfico dos anos 50, que, quinze anos mais tarde, faria da juventude um grupo maioritário, num sistema político e social sem estruturas de contensão dessa explosão demográfica. A. Sauvy, *La Révolte des Jeunes*, Paris, Calman-Lévy, 1970.

³⁰ Em Portugal, para o período da 1.ª República (1910-26), é numerosa a produção literária deste género, como o sublinha A. H. de Oliveira Marques, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1981, pp. 311-313.

³¹ P. W. G. Wright e A. Treacher (eds.), *The Problem of Medical Knowledge: Examining the Social Construction of Medicine*, Edinburgh, Edinburgh, University Press, 1982.

factores de natureza social. Isto é, o «bebé» — encarado como criatura cuja vida, alimentação e actividade passaram a ser assunto específico da actividade médica — surgiu em consequência, não apenas de mudanças internas à ciência médica, mas também do desenvolvimento de novas práticas de saúde, de mudanças ideológicas e culturais, de redefinições políticas do operariado, etc. As elevadas taxas de mortalidade infantil, em inícios do presente século, sugeriram o abandono do biberão a favor da consagrada teta materna. Não quer isto dizer que a teta — como meio de alimentação, bem entendido — não tenha tido sempre os seus acérrimos defensores, mesmo nas homilias. O que surgiu como novidade foi o facto de a defesa da teta e da «mamada» passar a ser apreendida a partir não apenas de uma retórica assente no «naturalismo», mas também da evidência estatística de que a ausência de «mamadas» regulares poderia ter efeitos sobre a mortalidade infantil³².

Nesta ordem de ideias, muito embora a puberdade, em si, seja um processo biológico universal, a adolescência só começou a ser vulgarmente encarada como fase de vida quando, na segunda metade do século XIX, os problemas e tensões a ela associados a tornaram objecto de «consciência social». O envolvimento dos jovens em grupos de amigos e os comportamentos que começaram a ser identificados como fazendo parte de uma «cultura adolescente» foi fonte de preocupações, tanto de educadores como de reformistas de meados do século passado. Nos Estados Unidos, por exemplo, as formas que assumia essa cultura começaram a preocupar os poderes públicos, nomeadamente quando se descobriu a «perigosa» conexão dessa cultura (predominantemente em comunidades de emigrantes) com o desenvolvimento de formas de marginalidade social e delinquência. O prolongamento da escolaridade, a legislação sobre trabalho infantil, que incrementava a idade a que os adolescentes podiam começar a trabalhar, o próprio surgimento da família contemporânea, com o correspondente aumento da dependência dos jovens em relação às suas famílias de origem, a proliferação de casas de correcção para menores e outras medidas públicas constituíram a expressão do reconhecimento social dos «problemas» da adolescência³³.

Em suma, a noção de *juventude* somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento — com os consequentes «problemas sociais» daí derivados — dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma *fase de vida*.

³² Em Portugal, a defesa da família por parte da ideologia salazarista dá também cobertura a uma «retórica médica», socialmente legitimada, que induzia as mulheres a não trabalharem e a ficarem em casa a cuidar dos filhos. A «febre» da mamada transfere-se depois para a sociedade civil, ganhando especial significado a simbologia de determinadas expressões de uso corrente. Os favores políticos eram aproveitados pelos *mamões* (*mamar* significava justamente «apanhar», «extorquir», «obter», «enganar»...) e pelos *chupistas* (fiéis parasitas que procuravam viver à custa de outrem, exploradores).

³³ Também a velhice emergiu entre finais do século XIX e princípios do século XX, como um problema social, surgindo literatura abundante sobre o tema, a criação de asilos, os cuidados à «terceira idade», etc. A. W. Achenbaum, *Old Age in the New Land*, Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1978. O mesmo se pode dizer em relação ao reconhecimento social da crise ou dos problemas da «meia idade». Ver Gail Sheehy, *Passages: Predictable Crisis of Adult Life*, Nova Iorque, Bantam Books, 1977.

4. JUVENTUDE: DA SUA APARENTE UNIDADE À SUA DIVERSIDADE

Sucessivas vezes me tenho vindo a referir à juventude enquanto conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida³⁴.

Este «enquanto» é prenunciador de equívocos semânticos associados ao termo «juventude». Com efeito, este mesmo termo expressa ideias e conceitos diferentes.

O paradoxo da questão é que qualquer ideia aparece sempre encapsulada num nome e, aqui, o mesmo nome — *juventude* — encapsula ideias diferentes. Paradoxo derivado é a tendência de, perante um dado *nome*, nome de algo — com sua ideia incluída —, deixar de se ver esse algo a que o nome se reporta, isto é, a realidade que se nomeia ou idealiza. Deste modo, embora construídos para nos facilitarem uma clara percepção das realidades, há em muitas ideias e conceitos um efeito perverso. Por isso, temos de nos treinar numa nova óptica que nos deixe ver, através dos nomes das coisas, a riqueza semântica que aparece associada a esses «nomes» (ideias, conceitos). Era esse treino que gostaria também de exercitar ao propor que a juventude fosse principalmente olhada em torno de dois eixos semânticos: como aparente *unidade* (quando referida a uma fase de vida) e como *diversidade* (quando estão em jogo diferentes atributos sociais que fazem distinguir os jovens uns dos outros). De facto, quando falamos de jovens das classes médias ou de jovens operários, de jovens rurais ou urbanos, de jovens estudantes ou trabalhadores, de jovens solteiros ou casados, estamos a falar de juventudes em sentido completamente diferente do da juventude enquanto referida a uma *fase de vida*.

Tentar uma aproximação científico-analítica ao mundo da «juventude» exige, nesta ordem de ideias, um radical ascetismo de vigilância epistemológica que nos obriga a partir do pressuposto metodológico³⁵ de que, em certo sentido, a juventude não é, com efeito, socialmente homogênea. Na verdade, a juventude aparece *socialmente dividida* em função dos seus interesses, das suas origens sociais, das suas perspectivas e aspirações. Dar importância a este pressuposto metodológico parece tanto mais conveniente quanto é certo que, como se tem vindo a insistir, a noção de juventude é uma das que mais se têm prestado a generalizações arbitrarias.

Com efeito, mesmo quando referida a uma fase de vida, o conceito de juventude é um dos que mais têm resistido a uma certa estabilidade operativa: por um lado, porque os contornos da fase de vida a que a juventude

³⁴ Neste sentido — referida a uma *fase da vida*, a um «tempo de inafectação» que decorre entre a família de origem e o casamento —, a juventude não teve verdadeiramente lugar no modo de inserção que mais caracterizava o mundo operário, essencialmente organizado a partir das relações familiares e laborais e com uma entrada acentuadamente precoce no mundo do trabalho. Histórica e sociologicamente, a juventude (enquanto referida a uma fase de vida) surge na sequência de mudanças nas relações entre a família, a escola e o trabalho. Ver L. Rosenmary, «Youth and Society», in *Current Sociology*, n.º 27, 1979, pp. 1-335, e O. Galland, *Les Jeunes*, Paris, Éditions La Découverte, 1985, pp. 20-21.

³⁵ Este pressuposto metodológico foi pioneiramente defendido por A. Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento [...]*, cap. III, «As gerações nas sociedades modernas». Ver também M. B. da Cruz e outros, «A condição social [...]», in *Análise Social*, 3.ª série, vol. XX, n.º 81-82, 1984, pp. 285-308.

se reporta têm sistematicamente flutuado, como vimos, ao longo do tempo; por outro lado, porque a imagem da juventude associada a um processo de transição entre conhecidos e seguros estádios está cada vez mais a tornar-se obsoleta³⁶.

Ou seja, se a fase de vida a que, como se disse, corresponde um dos conceitos de juventude é, à imagem de outras fases de vida, tomada como uma simples categoria confinada a um agregado de idades, as indeterminações conceptuais são mínimas. No entanto, logo que a *fase de vida* é tomada não como um *estado* ou *categoria*, respeitante a um agregado de idades, mas como um *processo* — como tem sido feito pelas *teorias do curso de vida*³⁷ —, isto é, logo que a juventude é vista em termos de uma *sequência de trajectórias biográficas* entre a infância e a idade adulta, surgem os inevitáveis problemas de instabilidade conceptual operativa.

Uma *trajectória biográfica* pode ser descrita como um conjunto de percursos ao nível de diferentes quadros institucionais, de diferentes espaços sociais, eles mesmos em constante mudança. Deste modo, e como sugere Mauger³⁸, toda a tentativa de periodização de uma trajectória biográfica (ou de um feixe de trajectórias) deve ter em conta duas ordens de acontecimentos distintos, mas relativamente dependentes: *acontecimentos históricos*, que pautam a evolução das estruturas sociais, e *acontecimentos individuais*, que balizam os diferentes percursos constitutivos de uma trajectória biográfica (mas cujas regularidades reflectem a história de determinadas estruturas sociais). No entanto, ao tomarem-se as trajectórias dos jovens, os seus percursos de transição, somos necessariamente levados a considerar a juventude na sua *diversidade*.

Com efeito, quando a juventude é considerada na sua diversidade, as vertentes de acesso à vida adulta mostram-se bastante flutuantes, flexíveis e elas próprias diversificadas. Por exemplo, poderia supor-se que a posse de um trabalho seria um meio de chegar ao «lado de lá» — o da vida activa, o da vida adulta. No entanto, a precariedade de emprego e as próprias dificuldades que alguns jovens encontram na obtenção de emprego ou trabalho remunerado duradouro fazem que esses jovens muitas vezes vivam uma situação que pode ser definida de «desemprego intermitente».

Insisto, pois, neste ponto, que me parece essencial: a juventude pode ser tomada tanto como uma *unidade* (quando referida a uma fase da vida), como ser tomada no sentido de conjunto social obviamente diversificado. Isto é, no primeiro caso, estamos em presença de um conjunto social cujo princi-

³⁶ Ken Roberts, *School Leavers and their Prospects*, Milton Keynes, Open University Press, 1984.

³⁷ Ver R. H. Binstock e E. Shanas (eds.), *Handbook of Ageing and the Social Sciences*, Nova Iorque, Van Nostrand Reinhold, 1976; J. Cuisenier (ed.), *Le Cycle de la Vie Familiale dans les Sociétés Européennes*, Paris, Mouton, 1977; A. Foner e D. Kertzer, «Transitions over the life course: lessons from age-set societies», in *American Journal of Sociology*, 1978, vol. 83, n.º 5, pp. 1081-1104; T. K. Hareven (ed.), *Transitions: The Family and the Life Course in Historical Perspective*, Nova Iorque, Academic Press, 1978; T. K. Hareven e L. J. Adams (eds.), *Ageing and Life Course Transitions*, Londres, Tavistock, 1982; G. H. Elder (ed.), *Life Course Dynamics: Trajectories and Transitions*, Itaca, Cornell University Press, 1985; Alan Bryman e outros, *Rethinking the Life Cycle*, Londres, The MacMillan Press, 1987, e Gaynor Cohen (ed.), *Social Change and The Life Course*, Londres, Tavistock Publications, 1987.

³⁸ G. Mauger, «La 'Jeunesse' [...]», in *Temporalistes [...]*, pp. 6-7.

pal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase de vida, principalmente definida em termos etários; no segundo caso, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes. Quase poderíamos dizer, por outras palavras, que a *juventude* ora se nos apresenta como um conjunto aparentemente homogêneo, ora se nos apresenta como um conjunto heterogêneo: homogêneo se comparamos a geração dos jovens com outras gerações; heterogêneo logo que a geração dos jovens é examinada como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros.

Sendo assim, como poder falar da juventude como um fenómeno *sociologicamente* homogêneo? O interessante será justamente dar conta das possíveis diferentes descontinuidades e rupturas que marcam a transição dos jovens — ou, melhor, de determinados grupos sociais de jovens — para a vida adulta. Para dessas possíveis descontinuidades e rupturas dar conta torna-se, no entanto, necessário olhar a juventude não apenas como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada *fase de vida*, mas também como um conjunto social com atributos sociais que diferenciam os jovens; isto é, torna-se necessário passar do campo semântico da juventude que a toma como *unidade* para o campo semântico que a toma como *diversidade*. Como veremos, as principais correntes da sociologia da juventude radicam os seus mais essenciais pressupostos nestes dois campos semânticos.

5. CORRENTES TEÓRICAS DA SOCIOLOGIA DA JUVENTUDE

Havia uma vez um homem que aspirava a ser o autor de uma «teoria geral dos buracos». Quando lhe perguntavam: «Mas que tipo de buracos? Buracos escavados na areia por miúdos? Por jardineiros? Buracos de construções? De sondas petrolíferas?», o nosso homem respondia, indignadamente, que desejava criar uma teoria que todos esses buracos pudesse explicar, rejeitando *ab initio* o ponto de vista de que buracos escavados de maneira diferente exigiriam diferentes tipos de explicação. Perguntava então: «Porque é que temos nós um conceito de buraco?»³⁹

Vem esta história a propósito da posição metodológica que tem vindo a ser defendida e que remete para a necessidade, atrás sublinhada, de a juventude dever ser olhada não apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade. Não há, de facto, um conceito único de juventude que possa abranger os campos semânticos que lhe aparecem associados.

A diferentes juventudes e a diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias. Poderíamos mesmo agrupar essas teorias em duas principais *correntes*: a corrente *geracional* e a corrente *classista*. À ideia de «corrente» aparece associada a imagem de procedência. Vejamos, em primeiro lugar, qual a procedência de cada uma destas duas correntes.

³⁹ A. McIntyre, *Against the Self-Images of the Age*, Nova Iorque, Schocken Books, 1971.

5.1 A CORRENTE GERACIONAL

A *corrente geracional* toma como ponto de partida a noção de juventude quando referida a uma *fase de vida*, e enfatiza, por conseguinte, o aspecto unitário da juventude. Para esta corrente, em qualquer sociedade há várias culturas (dominantes e dominadas), que se desenvolvem no quadro de um sistema dominante de valores. A questão essencial a discutir no âmbito desta corrente diz respeito à continuidade/descontinuidade dos valores intergeracionais. O quadro teórico dominante baseia-se nas *teorias da socialização* desenvolvidas pelo *funcionalismo*⁴⁰ e na *teoria das gerações*⁴¹. No quadro das teorias funcionalistas da socialização, os conflitos, ou descontinuidades intergeracionais, são vistos, na maior parte dos casos, como «disfunções» nos processos de socialização que respeitam à juventude, tomada no sentido de *fase de vida*. Quanto aos defensores da «teoria das gerações», tomam uma posição similar àquela que Einstein tomava quando afirmava: «Se existisse o movimento contínuo, não haveria física.» Isto é, para os defensores da teoria das gerações, se não existissem descontinuidades intergeracionais, não existiria uma teoria das gerações.

De acordo com a corrente geracional — quer o quadro teórico seja o das teorias da socialização quer o das teorias das gerações —, as *descontinuidades intergeracionais* estariam na base da formação da juventude como uma *geração social*, tomando este conceito num sentido próximo de um daqueles que, sobre as gerações, A. Sedas Nunes há tempos desenvolveu⁴², isto é, admitindo, por hipótese, o facto de «cada geração social só ficar determinada mediante uma auto-referência a outras gerações (das quais se vê distinta)».

De facto, distinguindo-a da *geração biológica* («intervalo de tempo que abrange o número médio de anos que decorrem entre um certo ano e aquele em que nascem os filhos dos indivíduos») e da *geração demográfica* («simples agregado estatístico de indivíduos cujas idades se situam dentro de certos limites»), por *geração social*, A. Sedas Nunes designa um «grupo» ou «quase grupo» com as seguintes características: 1.^a «constituído por indivíduos cujas idades se concentram, com alguns possíveis desvios individuais, dentro de um intervalo relativamente estreito»; 2.^a cujos membros «serão portadores do sentimento comum de se encontrarem colectivamente em presença, na sociedade, de certos grupos distintos do seu pela idade e formados quer por indivíduos mais velhos, quer eventualmente por indivíduos mais novos»; 3.^o «nos membros do grupo manifestar-se-á igualmente o sentimento de que, relativamente aos grupos sociais mais velhos ou mais novos em cuja presença eles a si mesmos se vêem, existem, além de significativas diferenças etárias, não menos significativas

⁴⁰ Designadamente a partir dos trabalhos de T. Parsons, *Essays in Sociological Theory*, Chicago, Free Press, 1964; S. N. Eisenstadt, *From Generation to Generation*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1956, e J. S. Coleman, *The Adolescent Society*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1961.

⁴¹ Na linha do trabalho clássico de K. Mannheim, *Essays on the Sociology of Knowledge*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1952.

⁴² A. Sedas Nunes, *Sociologia e Ideologia [...]*, p. 87.

diferenças nas respectivas referências sociais e culturais (informação, valores, interesses, problemas, projectos, etc.)»⁴³.

De acordo ainda com a corrente *geracional*, admite-se a existência de uma *cultura juvenil*, que, de certa maneira, se oporia à cultura de outras gerações (das gerações «adultas», mais concretamente). Essa oposição poderá assumir diferentes tipos de *descontinuidades intergeracionais*, falando-se ora de *socialização contínua* ora de *rupturas, conflitos ou crises intergeracionais*.

Fala-se de *socialização contínua*⁴⁴ quando, sem grandes fricções, os jovens são socializados segundo as normas e os valores predominantes entre as gerações mais velhas. As teorias da «socialização contínua» foram dominantes nos anos 50, quando médicos e psicólogos quase detinham o monopólio do discurso sobre os jovens, ao assimilarem a adolescência à crise de puberdade e ao definirem a juventude como um «período difícil» de maturação psicológica que deveria conduzir à idade adulta. É durante este período que adquirem relevância os conceitos de *identidade e autonomia juvenil*⁴⁵. Mesmo quando a sociologia (nos anos 60, com o *funcionalismo*) começa a explorar a juventude como «fonte de problemas», diversos foram os estudos que, na linha da teoria da «socialização contínua», acabaram por reconhecer as atitudes positivas dos jovens perante a família, a escola e a autoridade.

Fala-se de *rupturas, conflitos ou crises intergeracionais*⁴⁶ quando as descontinuidades entre as gerações se traduzem numa clara tensão ou confrontação. Seria o caso de algumas gerações políticas formadas no curso de crises ou processos políticos de certa amplitude. Por se encontrarem num estado de disponibilidade, de aprendizagem da vida social e de alguma permeabilidade ideológica, os jovens viveriam esses processos de uma maneira muito própria, formando-se entre eles uma consciência «geracional».

Num como noutro caso, para a corrente *geracional*, a renovação e a continuidade da sociedade dependeriam da relação entre as gerações, dialecticamente submetidas a uma ou outra forma de tensão⁴⁷. Para esta cor-

⁴³ A. S. Nunes, *Sociologia e Ideologia [...]*, p. 87. Embora centrando o seu estudo na problemática das *gerações*, A. S. Nunes não subordinou a análise dessa problemática aos pressupostos teóricos da corrente que designo de «geracional». No seu estudo «As gerações na sociedade moderna», além de ter explorado o conceito de juventude como *conjunto referido a uma fase de vida*, A. S. Nunes explorou também o conceito de juventude como «uma constelação de 'meios sociais juvenis', culturalmente distintos» (id., *ibid.*, p. 85), a que corresponderiam «uma ou mais juventudes burguesas, uma ou mais juventudes operárias, etc.» (id., *ibid.*, p. 86). Na verdade, este meu presente artigo é um rodopio em torno desses dois diferentes sentidos associados a esses dois conceitos de juventude, pioneiramente distinguidos e contrapostos por A. S. Nunes há uma vintena de anos. A própria chamada *new wave* da sociologia da juventude, desenvolvida na Grã-Bretanha a partir dos anos 70 e orientada para o estudo das diferenças de classe entre os jovens, foi mais *wave* que *new*. O movimento de ondulação dessa sociologia já por cá se fazia sentir.

⁴⁴ Por exemplo, V. Bengtson, M. Furlong e R. Laufer, «Time, aging and continuity of social structure: themes and issues in generational analysis», in *Journal of Social Issues*, vol. 30, n.º 2, 1974, pp. 1-30;

⁴⁵ E. H. Erikson, *Childhood and Society*, Londres, Triad/Paladin, 1977.

⁴⁶ T. Roszak, *The Making of a Counter-Culture*, Londres, Faber, 1970, e G. Paloczi, *Youth up in Arms*, Londres, Weidenfeld & Nicolson, 1971.

⁴⁷ Ver a este respeito os trabalhos clássicos de Julian Marias, *El Método Histórico de las Generaciones*, Madrid, Revista de Occidente, 1967, T. A. Lambert, «Generations and Change. Toward a Theory of Generations as a Force in Historical Process», in *Youth and Society*, vol. 4,

rente, os indivíduos experimentariam o seu mundo, as suas circunstâncias e os seus problemas, *como membros de uma geração*, e não como *membros de uma classe social* (como é defendido pela corrente *classista*). Isto é, para a *corrente geracional*, as experiências de determinados indivíduos são compartilhadas por outros indivíduos da mesma geração, que vivem, por esse facto, circunstâncias semelhantes e que têm de enfrentar-se com problemas similares.

Não quer isto dizer que, para esta corrente, diferentes perspectivas de vida não possam ser específicas de jovens de uma mesma geração. Do mesmo modo, algumas perspectivas de vida seriam propriedade comum de todos os membros de uma geração, enquanto outras o seriam também de todas as gerações existentes numa dada estrutura social. Neste caso, essas perspectivas encontrar-se-iam sedimentadas em crenças comuns que definiriam a realidade para todas as gerações dessa estrutura social. As relações intergeracionais acabariam por reflectir as perspectivas que as diferentes gerações teriam ou não em comum.

Ou seja, de acordo com esta corrente, a valorização da problemática da juventude justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade intergeracionais. Essa problemática tem sido polarizada, como atrás se sugeriu, em torno de duas posições: uma, tendente a sublinhar os aspectos de continuidade e reprodução da cultura adulta na cultura juvenil; a outra, mais propensa a destacar aqueles aspectos que implicariam descontinuidades entre as várias gerações⁴⁸. Uma outra versão desta problemática vincularia, por um lado, aqueles que generalizam o fenómeno juvenil apresentando-o implicitamente como uniforme e homogéneo; e, por outro lado, os que admitem a existência, entre os jovens, de suficientes diferenças para negar tal homogeneidade. Neste último caso haveria lugar para diferentes *subculturas juvenis*, embora sempre entendidas como filiações da *cultura juvenil*, entendida esta por oposição à cultura de outras gerações (o prefixo «sub» dessas «subculturas» é, aliás, indicativo dessa filiação ou incorporação).

No quadro desta corrente teórica, o relacionamento entre jovens e adultos pode, por conseguinte, ser de dois tipos: ou um relacionamento aproblemático — o que revela que na definição de *juvenil* prima a noção de fase intermédia, não conflituosa, entre a adolescência e o estado adulto; ou um relacionamento de tipo problemático, que coloca de manifesto que jovens e não jovens se vêm mutuamente como *outros*, isto é, situados sob tectos culturais diferentes. Não quer isto dizer que, no primeiro caso — o das expectativas «aprobémáticas» —, não se aceite a existência de uma *cultura juvenil* específica: o que ocorrerá é que esta é vista como integrada no tecido social compartilhado pela cultura adulta: isto é, as pautas culturais dos jovens e dos adultos seriam compatíveis e, inclusivamente, complementares.

Setembro de 1972, pp. 21-45, Nerina Jansen, *La Teoría de las Generaciones y el Cambio Social*, Madrid, Espasa-Calpe, 1977, e Ortega y Gasset, *Obras Completas*, Alianza Editorial, Madrid, 1983.

⁴⁸ Kenneth Roberts equaciona devidamente estas duas posições em «La Jeunesse des années 80: un nouveau mode de vie», in *Revue Internationale de Sciences Sociales*, vol. 37, n.º 4, 1985, pp. 461-478.

Em contrapartida, no segundo caso, as expectativas «problemáticas» expressariam a existência de pautas culturais incompatíveis, ou, de algum modo, divergentes, ou só muito relativamente articuláveis, sob o mesmo tecto cultural. Esta situação explicaria que os adultos se interrogassem, às vezes com grave preocupação e muitas outras com incompreensão e certo temor revestido de irritação, acerca da «cultura juvenil», podendo esta apresentar-se como *contracultura*, isto é, como cultura que — na medida em que negaria ou poria em causa a «cultura adulta» — a ameaçaria.

Para os defensores das *descontinuidades intergeracionais*, quer o *activismo* de alguns grupos de jovens dos anos 60, quer a aparente *passividade* da «geração de 80», seriam resultantes de um processo de segregação geracional. Na geração de 60, os «jovens» (nesta corrente confundem-se, frequentemente, determinadas vanguardas juvenis com toda a geração etária a que pertencem) teriam tentado transformar a sua segregação em contra-sociedade «utópica», onde reinariam os valores negados ou ignorados pela «sociedade adulta», o que, em alguns casos, teria originado a constituição de autarquias existenciais (do tipo *beat*, *yippie*, ou *hippie*) ou, no caso de alguns jovens universitários, teria originado a vontade de transformar a própria universidade em contra-sociedade revolucionária. Ter-se-ia, então, verificado o reforço de uma geração em resposta — de forma mais exuberante⁴⁹ ou silenciosa⁵⁰ — a esse processo de segregação social, que assumiria, aos olhos da «sociedade adulta», aspectos de *desvio* (não é questionado nesta corrente se a «sociedade adulta» também aparece para esses jovens como «desviante», em função das normas que, para os jovens, lhes parecem mais naturais).

Para os defensores da *socialização contínua*, a participação das novas gerações na vida social teria duas principais características: a *socialização* dos jovens, por um lado, e a *juvenilização* da sociedade por outro. A socialização processar-se-ia através de mecanismos que tenderiam a integrar os jovens no sistema existente de relações sociais. Essa socialização teria essencialmente um carácter directivo. Quanto à *juvenilização*, ela designaria a própria capacidade dos jovens de influenciarem os adultos. De facto, quando se fala em «socialização da juventude», é geralmente atribuído aos jovens um papel passivo de assimilação de normas e valores. Mas, se um dos aspectos da entrada dos jovens na vida adulta se liga a um *processo de socialização* — entendido este como um processo de influências sociais orientado para a integração dos jovens num sistema existente de relações e valores sociais —, também é certo este mesmo sistema se encontrar sujeito à influência dos comportamentos e atitudes juvenis. É este processo que se pode designar de *juvenilização* e que implica que a sociedade modele a juventude à sua imagem, mas, ao mesmo tempo, se rejuvenesça⁵¹.

Nos anos de 1960-70, a juventude começou a ser considerada e analisada como suporte de uma «cultura» radicalizada, rebelde e conflituosa,

⁴⁹ G. Mendel, *La Crise de Générations*, Paris, Payot, 1969. T. Roszak, *The Making of a Counter-Culture* [...], e Mead, *Le Fossé des Générations*, Paris, Gonthier-Denoel, 1971.

⁵⁰ Inglehart, *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles among Western Publics*, Princeton, Princeton University Press, 1977.

⁵¹ Peter-Emil Mitev, *La Sociologie Face aux Problèmes de la Jeunesse*, Centre International de la Jeunesse «G. Dimitrov», Sófia, Primorsko, 1983, pp. 13-16.

desejosa de uma afirmação de autonomia em relação ao mundo dos adultos⁵². Em parte, alguns movimentos juvenis — não representativos da geração demográfica juvenil, perfeitamente localizados e datados (*beatniks*, *hippies*, etc.)— induziam generalizações abusivas ao conjunto da juventude. Estes pontos de vista — mesmo numa época em que começaram a difundir-se ou a estar na moda — não deixaram de ser postos em causa pelas teorias da «socialização contínua», que afirmavam a aderência dos jovens a valores perfeitamente convencionais e tradicionais: as manifestações de relativo confronto intergeracional corresponderiam mais a um processo de ritualização de afirmação de independência em relação ao mundo adulto do que propriamente à contestação compulsiva das instituições de socialização dominadas pelos adultos. Apesar, pois, da onda de movimentos juvenis contestatários dos anos 60, estava por comprovar se a juventude, no seu todo, se havia constituído como uma força rebelde francamente à margem das instâncias tradicionais de socialização.

Em suma, para a corrente *geracional*, os signos de continuidade e descontinuidade intergeracional poderão manifestar-se de duas formas: por um lado, e na medida em que são alvo de processos de socialização através de instituições sociais específicas, como a família ou a escola, as gerações mais jovens interiorizariam e reproduziriam na sua vivência quotidiana toda uma série de crenças, normas, valores e símbolos próprios das gerações adultas, isto é, todo um conjunto de signos de *continuidade intergeracional*. Por outro lado, e na medida em que essa interiorização de signos não é feita de uma forma nem indiscriminada nem passiva, gerar-se-iam fraccionamentos culturais entre as várias gerações, fraccionamentos esses que teriam a ver, entre outras razões: com a própria consistência da cultura transmitida pelas instituições sociais dominadas pelas gerações mais velhas; com os comportamentos e atitudes do «mundo adulto» tal como são percebidos pelos jovens; e, finalmente, com os próprios processos de transformação social e de integração funcional das várias gerações.

De acordo com as teorias da *socialização contínua*, os fraccionamentos culturais intrageracionais não expressam, de modo algum, flagrantes descontinuidades sociais. Pelo contrário, o que caracterizaria a actual geração jovem seria o poder, inédito até hoje, negado a gerações anteriores: o poder de influir no mundo adulto, ao propor pautas e estilos de conduta que os mais velhos aceitariam, muitas vezes com avidez. A juventude converter-se-ia, pois, num *grupo de referência externa*, do qual se «copiariam» ou «institucionalizariam» determinados símbolos de *status* juvenil: agilidade, boa forma física, aparência juvenil, disposição festiva, etc.⁵³

Várias críticas poderíamos endereçar à corrente *geracional*, a mais contundente das quais poderia incidir sobre a forte tendência, na linha desta corrente, em se olhar a juventude como uma entidade homogénea, o que poderá ter consequências conceptuais desastrosas quando, por exemplo, ao estudarem-se metonimicamente os «comportamentos desviantes» dos

⁵² Ver, em particular, «La Jeunesse: force sociale?», in *Revue Internationale de Sciences Sociales*, vol. 24, n.º 2, 1972.

⁵³ As «fidelidades de classe» e as «identidades tradicionais» ver-se-iam ultrapassadas pela adesão de jovens e não jovens a uma «cultura cosmopolita». Ver E. Morin, «Adolescents en transition», in *Revue Française de Sociologie*, vol. VII, 1966, pp. 435-455.

jovens, se toma a juventude «marginal» como toda a juventude⁵⁴. Isto é, a juventude é, nesta corrente, vulgarmente tomada como uma *categoria etária*, sendo a idade olhada como uma variável tão ou mais influente que as variáveis socioeconómicas e fazendo-se uma correspondência nem sempre ajustada entre uma faixa de idades e um universo de interesses culturais pretensamente comuns.

Como quer que seja, o facto de os jovens escolherem como *modelo de referência* os seus companheiros — e a convivência muito particular e, nalguns casos, intensa, frequente e significativa que com eles mantêm — continua a legitimar a admissão da hipótese segundo a qual algumas normas e padrões de comportamento geralmente aceites pelos adultos não são seguidos pelos mais jovens.

5.2 A CORRENTE CLASSISTA

Vimos que, para a *corrente geracional*, a questão das relações intergeracionais é uma questão relevante na medida em que expressa a central problemática da *reprodução social*. Esta problemática não deixa também de estar no centro das atenções da *corrente classista*, embora, obviamente, seja pensada em moldes diferentes.

Com efeito, enquanto, para a corrente geracional, a reprodução se restringe à análise das relações intergeracionais, isto é, à análise da conservação ou sedimentação (ou não) das formas e conteúdos das relações sociais entre gerações, para a *corrente classista*, a reprodução social é fundamentalmente vista em termos da reprodução das *classes sociais*. Por esta razão, os trabalhos desenvolvidos na linha desta corrente são, em geral, críticos em relação ao conceito mais vulgar de juventude — isto é, quando aparece associada a uma «fase de vida» — e acabam mesmo por ser críticos em relação a qualquer conceito de juventude, já que, mesmo entendida como *categoria*, acabaria por ser dominada por «relações de classe»⁵⁵. De acordo com esta corrente, a transição dos jovens para a vida adulta encontrar-se-ia sempre pautada por mecanismos de reprodução classista, não apenas ao nível da divisão sexual do trabalho, mas também a outros níveis⁵⁶.

Por outro lado, para a corrente «classista», as culturas juvenis são sempre culturas de classe, isto é, são sempre entendidas como produto de

⁵⁴ A este propósito ver o interessante contributo de D. Marsland, «Youth Problems and the Problem of Youth», in M. Day e D. Marsland (eds.), *Black Kids, White Kids: What Hope?*, Londres, National Youth Bureau, 1979.

⁵⁵ É este o sentido geral de vários contributos desta corrente: J.-C. Chamboredon, «La Société Française et sa Jeunesse», in Darras, *Le Partage des Bénéfices*, Paris, Ed. de Minuit, 1966, pp. 156-175; S. Hall e T. Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals [...]*; G. Mungaham e G. Pearson (eds.), *Working Class Youth Culture*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976; P. Bourdieu, «La jeunesse n'est qu'un mot», in *Questions de Sociologie*, Paris, Ed. de Minuit, 1980, pp. 143-154; H. Hebdidge, *Subculture. The Meaning of Style*, Londres, Methuen, 1979; M. Brake, *The Sociology of Youth Culture and Youth Subcultures*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1980.

⁵⁶ Ver, por exemplo, P. Bourdieu e J. C. Passeron, *Reproduction in Education, Society and Culture*, Londres, Sage, 1977, e H. Gintins, *Schooling in Capitalist American: Educational Reform and the Contradictions of Economic Life*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976.

relações antagónicas de classe. Daí que as culturas juvenis sejam por esta corrente apresentadas, muitas vezes, como «culturas de resistência», isto é, culturas negociadas no quadro de um contexto cultural determinado por relações de classe. Por outras palavras, as culturas juvenis seriam sempre «soluções de classe» a problemas compartilhados por jovens de determinada classe social⁵⁷.

Em conformidade com o acabado de dizer, não estranha que a corrente *classista* desenvolva um afanado esforço no sentido da descoberta de experiências juvenis — e apenas destas — que se *encaixem* nesta forma de olhar a realidade juvenil: as culturas «juvenis» que não se manifestem como culturas de «resistência de classe» ficam à margem do interesse da corrente *classista*⁵⁸.

Ou, então, forjam-se ou, melhor, forçam-se explicações que mantenham válidos os parâmetros teóricos de partida. Mesmo os estilos mais exóticos de alguns comportamentos de jovens (por exemplo, a maneira de vestir) são por esta corrente vistos como uma «forma de resistência», uma «resolução mágica» a contradições de classe⁵⁹. O «cabelo à *punk*», os «lábios pintados de roxo», os «medalhões» ou os «remendos nas calças» seriam, nesta ordem de ideias, signos de «cultura juvenil» utilizados para desafiar os «consensos dominantes», isto é, a ideologia dominante, das classes dominantes⁶⁰. As *distinções simbólicas* entre os jovens (diferenças de vestuário, hábitos linguísticos, práticas de consumo, etc.) são sempre vistas como diferenças interclassistas e raramente como diferenças intra-classistas.

As culturas juvenis (culturas de classe) teriam sempre um significado «político». Os rituais dessas culturas acabariam sempre por manifestar

⁵⁷ Na linha dos trabalhos de R. Cloward e L. E. Ohlin, *Delinquency and Opportunity*, Nova Iorque, Free Press of Glencoe, 1960, G. Mungham e G. Pearson (eds.), *Working Class Youth Culture [...]*, e S. Hall e T. Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals [...]*. É notória a influência sobre estes trabalhos de A. Gramsci, *Prison Notebooks*, Londres, Lawrence & Wishart, 1973.

⁵⁸ O que na Grã-Bretanha originou, recentemente, uma «contracorrente» de investigação em busca dos esquecidos *ordinary kids*. São exemplos desta «contracorrente» os trabalhos de R. Jenkins, *Lads, Citizens and Ordinary Kids*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1983; F. Coffield, Carol Borril e Sarah Marshall, *Growing up at the Margins*, Milton Keynes, Open University Press, 1986; Rob MacDonald, «Out of Town, Out of Work», in Bob Coles (ed.), *Young Careers*, Open University Press, 1988; Bob Coles, «Gonna Tear your Play House Down», in *Social Science Teacher*, vol. 15, n.º 3, 1986, e Philip Brown, *Schooling Ordinary Kids: Class Culture and Unemployment*, Londres, Tavistock, 1987.

⁵⁹ A expressão é utilizada por P. Cohen, «Sub-Cultural Conflict and Working Class Community», in *Working Papers in Cultural Studies*, n.º 2, CCCS, University of Birmingham, 1972, Dick Hebdige, *Subculture. The Meaning of Style [...]*, e J. Clarke, «The Skinheads and the Magical Recovery of Working Class Community», in S. Hall e outros (eds.), *Resistance Through Rituals [...]*. Neste último caso, Clarke interpreta o estilo dos *skinheads* como uma tentativa de ressurgimento do enfraquecido chauvinismo das classes trabalhadoras, afectado pela «sociedade de consumo».

⁶⁰ Alguns teóricos desta corrente recorrem ao conceito de *bricolage*, usado por Lévi-Strauss, para explicar como objectos particulares podem ser usados pelas subculturas juvenis de modo a transformarem ou subverterem os seus significados originais. Ver J. Clarke, «Style», in *Working Papers in Cultural Studies*, n.ºs 7/8 de 1975, e D. Hebdige, *Subculture. The Meaning of Style [...]*. No entanto, o «estilo» expresso nas vestimentas não requer um exame apenas em termos do seu «valor semiótico», mas também em termos do próprio significado que para os jovens representa vestir «desta» ou «daquela maneira».

uma capacidade de «resistência», ganhando e criando espaços culturais⁶¹. E, como essa capacidade é mais visível entre os rapazes (nomeadamente os de origem operária), não se estranha que a corrente *classista* se oriente fundamentalmente para o estudo das culturas juvenis *masculinas e operárias*. Curiosamente, na Grã-Bretanha, esta tendência foi pioneiramente posta a descoberto (e em causa) pelas «feministas»⁶², que, em réplica, começaram a estudar as «culturas femininas» sob o pressuposto (não de todo inválido) de que, nomeadamente entre as classes trabalhadoras, essas culturas se encontrariam subordinadas à divisão sexual do trabalho e à inevitabilidade do matrimónio como forma de relativa «emancipação». No entanto, as «feministas» acabaram por cair no mesmo equívoco em que caíram os que justamente criticavam. Analisam, de um modo geral, o universo feminino à margem do universo dos rapazes, como se os dois universos fossem mutuamente exclusivos, como se na intersecção desses universos não encontrássemos, também, fortes razões de emergência das culturas juvenis.

Sem que se possa negar a capacidade explicativa, em determinados contextos de investigação, das teorias «classistas» da reprodução social, a coalescência de jovens de diferentes condições sociais a valores relativamente semelhantes (a importância dada ao dinheiro, à convivialidade, à moda, à música, ao desporto, à sexualidade, etc.) é um fenómeno que a teoria das classes tem dificuldades em explicar. Por outro lado, não é certo que entre jovens pertencentes a uma mesma classe social se verifique, indiscutivelmente, uma homogeneidade cultural ou de modos de vida entre esses mesmos jovens, como o fará supor o latente determinismo presente em alguns trabalhos da corrente «classista». Aliás, muito desse «determinismo» é um efeito da forma como não deve ser utilizado o conceito de *classe social*. Como Thompson sugere⁶³, contra alguns marxistas equivocados que tentam descobrir as classes como «realidades» perceptíveis, reificadas, a noção de *classe* implica a noção de relações historicamente constituídas: as classes não existem inertes, como «coisas em si» — existem em relação com outras classes. Da mesma forma que é incorrecto pensar-se na noção de velocidade prescindindo de variáveis como o tempo e o espaço, também seria incorrecto pensar-se em classes sociais prescindindo de variáveis como o tempo histórico e as relações (de antagonismo, cooperação, conflito, aliança ou luta...) que se estabelecem entre essas classes.

Por outro lado, os processos que afectam os jovens não podem ser unanimemente compreendidos como simples ou exclusiva resultante de deter-

⁶¹ Como refere Gary Clarke, o conceito de *resistência* surge na linha de preocupações teóricas de alguns historiadores ingleses (como Hobsbawm e E. P. Thompson), que também olharam as culturas das classes trabalhadoras como formas de resistência às culturas dominantes. Gary Clarke, *Defending Ski-Jumpers: A Critique of Theories of Youth Sub-Cultures*, Centre for Contemporary Studies, University of Birmingham, S. P. n.º 71, 1982.

⁶² Por exemplo, G. Griffin, *Typical Girls*, Londres, Tavistock, 1980; A. Campbell, *Girl Delinquents*, Oxford, Blackwell, 1981; D. Spender, *Invisible Women*, Writers & Readers, 1982; H. Roberts, «After sixteen: what choice?», in R. G. Burgess (ed.), *Exploring Society*, Londres, British Sociological Association, 1982; Sue Lees, *Loosing Out*, Londres, Hutchinson, 1986.

⁶³ Edward Thompson, *The Making of the English Working Class*, Londres, Gollancz, 1963.

minações sociais e posicionamentos de classe⁶⁴. Esses processos têm também de ser compreendidos, por exemplo, à luz das lógicas de participação ao nível dos diferentes sistemas de interacção locais⁶⁵, através dos quais também se modulam e afirmam as suas trajectórias sociais. Estas, por sua vez, inscrevem-se em percursos de mobilidade social que podem contrariar a «causalidade do provável»⁶⁶ na qual os seus destinos de classe os fazem aparentemente mergulhar.

As trajectórias individuais são também imprevistas, como de resto acontece com a própria vida. O carácter súbito e imprevisto é essencial à vida quotidiana. Se a bala que o fuzil dispara tivesse «consciência», reconheceria que a sua trajectória estaria prefixada exactamente pela pólvora e pela pontaria e, se a essa trajectória chamássemos a vida da bala, esta seria uma simples espectadora daquela, sem nela ter qualquer intervenção. Por isso mesmo, a bala não tem vida, na exacta medida em que a vida não se encontra prefixada. E digo isto sem obviamente rejeitar o facto de as vidas humanas se confrontarem com «determinismos sociais» e «campos de possibilidades» bem rígidos ou constrangedores, em grande parte dos casos.

6. NO FLUXO E REFLUXO DAS DUAS CORRENTES: AS CULTURAS JUVENIS

Vimos que, tanto para a corrente «geracional» como para a «clássica», o conceito de *cultura juvenil* aparece associado ao de *cultura dominante*. Para a corrente «geracional», as culturas juvenis definem-se por relativa oposição à cultura dominante das gerações mais velhas; para a corrente «clássica», as culturas juvenis são uma forma de «resistência» à cultura da «classe dominante», quando não mesmo a sua linear expressão. Daqui resulta que, de um ou de outro modo, as culturas aparecem subordinadas a uma rede de «determinismos» que, estruturalmente, se veiculariam entre «cultura dominante» e «subculturas».

Para a corrente «geracional», nos aspectos em que as «subculturas» se conseguissem libertar desses «determinismos», haveria lugar ao estabelecimento de relações de natureza «desviante» e não raras vezes as «subculturas juvenis» são *funcionalmente* entendidas como culturas «desviantes» relativamente à cultura dominante das gerações mais velhas⁶⁷.

⁶⁴ Aliás, os jovens não deveriam ser meramente identificados por uma posição de classe, mas antes por uma trajectória determinada por uma origem e um *futuro de classe*. Ver G. Mauger, «La Jeunesse [...]», in *Temporalistes [...]*, p. 8.

⁶⁵ J.-C. Lagrée e P. Lew-Fai, *La Galère [...]*, p. 153.

⁶⁶ «Causalidade do provável» que P. Bourdieu define como «résultat de cette sorte de dialectique entre l'habitus dont les anticipations pratiques reposent sur toute l'expérience antérieure et les significations probables, c'est-à-dire le donné qu'il se donne par une aperception sélective et une appréciation biaisée des indices de l'avenir qu'il doit contribuer à faire advenir» (P. Bourdieu, «Avenir de classe et causalité du probable», in *Revue Française de Sociologie*, vol. xv, n.º 1, 1974, p. 28).

⁶⁷ D. Robins e P. Cohen, *Knuckle Sandwich*, Harmondsworth, Pelican, 1978; D. Hebdige, *Subculture. The Meaning of Style [...]*; S. Hall, D. Hobson, A. Lowe e P. Willis (eds.), *Culture, Media, Language*, Londres, Hutchinson, 1980.

Com efeito, na tradição da criminologia «funcionalista», a delinquência juvenil é explicada como consequência da incapacidade de os jovens se ajustarem às normas de comportamento dominantes⁶⁸. Para Cohen, por exemplo, os jovens «delinquentes» deliberadamente inverteriam os valores das gerações mais velhas, de forma a legitimarem os seus próprios valores, fazendo frente, ao mesmo tempo, aos valores rejeitados⁶⁹. Nesta mesma linha de interpretação, Miller é levado a supor que a delinquência é uma manifestação própria de jovens de condição social inferior, por serem estes os que se encontram em maior conflito com as normas próprias das gerações mais velhas⁷⁰. Enfim, para a corrente «geracional», a delinquência juvenil e muitas outras expressões da cultura juvenil seriam efeito da crise, da anomia, das frustrações e tensões próprias de uma fase de vida caracterizada por uma relativa indeterminação de estatuto.

Para a corrente «classista» — e embora, nesta corrente, nem sempre os conceitos de *cultura* e *ideologia* se justaponham, nem, muito menos, as culturas das classes «dominantes» e «dominadas» se identifiquem —, quando uma cultura ganha ascendência sobre a outra e uma «cultura dominada» aparece prescrita ou determinada pela «cultura dominante», então esta acaba também por se constituir como a base de uma «ideologia dominante»⁷¹. Daqui que os trabalhos influenciados por esta corrente estejam particularmente interessados nos processos de «incorporação» e «resistência» que resultam da dialéctica entre «cultura dominante» e «cultura dominada» e na análise das instituições sociais que (como a escola) «transmitem» e «reproduzem» a cultura (dominante) na sua forma «hegemónica».

No caso da delinquência juvenil, para tomar o exemplo atrás referido, os comportamentos «marginais» dos jovens, mais que a expressão de uma rebelião contra os valores das gerações mais velhas, seriam consequência de conflitos de classe. Na linha de Miller, a delinquência juvenil seria um fenómeno que se exprimiria nas classes de mais baixa condição social. Ao contrário de Miller, contudo, na corrente classista defende-se que a delinquência juvenil seria efeito da resistência — deliberada e consciente — aos valores das classes dominantes, ou, noutros termos, efeito de contradições ideológicas: da ideologia própria das famílias de origem desses jovens (ideologia operária) e dos valores ideológicos propagados pelos *media*; do tradicional puritanismo do operariado e das novas ideologias consumistas. A resposta a estas contradições seria uma forma de os jovens darem sentido à sua marginalidade. Nestes termos, as «subculturas» juvenis («sub», porque se enraizam em culturas de classe) aparecem, para a corrente «classista», como *soluções* rituais relativamente a determinadas contradições culturais e a questão problemática que surge é a de saber como essas soluções rituais, forjadas na quotidianidade da vida dos jovens, funcionam como «formas de resistência» — não tanto, ou apenas, em termos de con-

⁶⁸ Ver, por exemplo, H. Becker, *Outsiders. Studies in the Sociology of Deviance*, Nova Iorque, Free Press, 1963, e D. J. West, *The Young Offenders*, Londres, Penguin, 1967.

⁶⁹ A. K. Cohen, *Delinquent Boys. The Subculture of the Gang*, Londres, Collier-Macmillan, 1955.

⁷⁰ W. B. Miller, «Lower Class Culture as a Generating Milieu of Gang Delinquency», in *Journal of Social Issues*, n.º 14, 1958.

⁷¹ Stuart Hall e Tony Jefferson (eds.), *Resistance Through Rituals [...]*, p. 12.

dutas «delinquentes» e «marginais», mas, na esteira de Dubet, como ações de classes *dangereuses*⁷².

Vejamos, para terminar, como as duas correntes teóricas que temos vindo a analisar respondem, analiticamente, às dificuldades de inserção dos jovens na vida activa. Ambas têm recorrido à teoria da «segmentação do mercado de trabalho»⁷³, mas de modo diferente.

Para a corrente «geracional», a dimensão mais importante da segmentação do mercado de trabalho é a idade⁷⁴. Os jovens teriam maiores dificuldades de inserção profissional⁷⁵ porque as vias de acesso ao desemprego difeririam das dos adultos; os que abandonam o ensino passariam habitualmente ao desemprego antes de conseguirem emprego, o que explicaria uma maior probabilidade, momentânea que fosse, de desinserção profissional⁷⁶. A tendência para a diminuição dos trabalhos a tempo inteiro poderia também acentuar uma concorrência no mercado de trabalho entre jovens e mulheres⁷⁷.

Para a corrente «classista», em contrapartida, a origem social dos jovens⁷⁸ seria a variável determinante da segmentação do mercado de trabalho. Os jovens fraccionar-se-iam entre os «profissionalmente inseridos» (e não o seriam de forma idêntica) e os «condenados a tempos livres forçados» (e entre estes haveria que distinguir os sujeitos a um desemprego forçado dos sujeitos a um emprego precário)⁷⁹. Na base dessa segregação estariam, contudo, razões derivadas da condição social ou da pertença de classe dos jovens. Neste caso, haveria bastante mais competição do que segregação entre jovens e adultos da mesma condição social⁸⁰.

⁷² F. Dubet, *La Galère [...]*, p. 126. Dubet é, no entanto, crítico em relação a alguns pressupostos da «corrente classista» da sociologia da juventude. No caso das culturas juvenis «delinquentes», mais do que o «crime», seriam o «controlo» e a «repressão» a possuir uma «dimensão de classe»; ou seja, os jovens «delinquentes» das classes mais baixas seriam os mais reprimidos pelas forças policiais e da justiça (id., *ibid.*, pp. 153-161).

⁷³ R. C. Edwards e outros (eds.), *Labour Market Segmentation*, Lexington, D. C. Heath, 1975; F. Wilkinson e outros (eds.), *The Dynamics of Labour Market Segmentation*, Londres, Academic Press, 1981, e D. M. Gordon, R. Edwards e M. Reich, *Segmented Work, Divided Workers*, Londres, Cambridge University Press, 1982.

⁷⁴ D. N. Ashton e M. J. Maguire, «Competition between young people and adults», in *International Review of Applied Psychology*, n.º 32, 1983, pp. 262-269.

⁷⁵ H. Williamson, «Struggling beyond youth», in *Youth in Society*, Janeiro de 1985.

⁷⁶ Curiosamente, algumas medidas políticas tomadas em alguns países europeus com a finalidade de minimizarem as dificuldades de inserção profissional dos jovens, após a saída da escola, funcionaram, na prática, como políticas de segmentação do mercado de trabalho. É o caso de iniciativas como as que foram tomadas na Grã-Bretanha, com a Technical and Vocational Education Initiative (TVEI) e o Youth Training Scheme (YTS), iniciativas que acabaram por implicar um mercado de trabalho paralelo que reproduziu as desigualdades de acesso ao trabalho presentes no mercado tradicional de trabalho.

⁷⁷ M. Casson, *Youth Unemployment*, Londres, MacMillan, 1979; D. Ashton e M. Maguire, *The Vanishing Youth Labour Market*, Londres, Youthaid, 1983; e D. Ashton e outros, «Labour Market Segmentation [...]», p. 167. Para o caso português ver António Brito Ramos e Maria Margarida Abecassis, *Projeção da População Activa do Continente até 1990*, Ministério do Trabalho, série «Estudos», n.º 37, 1979.

⁷⁸ H. Williamson, «Tripartism re-visited. Young people, education and work in the 1980s», in David Marsland (ed.), *Education and Youth*, The Falmer Press, 1978, pp. 143-166.

⁷⁹ D. Freedman, «Attitudes actuelles à l'égard du travail», in D. Freedman, *Emploi: Faits et Réflexions*, Genebra, BIT, 1980, p. 148.

⁸⁰ L. Clarke, *The Transition from School to Work [...]*, e D. Raffé, «Can there be an effective youth unemployment policy?», in R. Fiddy (ed.), *In Place of Work*, Londres, The

7. CONCLUSÕES

Debatemos os conceitos de juventude, passámos em revista as correntes teóricas dominantes da sociologia da juventude e as influências dessas correntes na análise das culturas juvenis, enfim, discutimos alguns *paradoxos* da juventude.

Vimos que para a corrente «geracional» — a de mais longa tradição na sociologia da juventude — se admite que em cada geração é possível encontrar duas tendências: «uma que consiste em receber o vivido (ideias, valores, instituições, etc.) da geração antecedente; outra que deixa fluir a sua própria espontaneidade»⁸¹. Haverá gerações que experimentam uma suficiente homogeneidade entre o «recebido» e o «inerente». Serão gerações próprias de épocas cumulativas. Outras sentirão uma forte heterogeneidade entre esses elementos — sendo próprias de épocas atravessadas por conflitos ou descontinuidades intergeracionais.

Importante é saber se essas descontinuidades surgirão como efeito do peso da *cultura juvenil* (tomada em sentido lato); da *estrutura de classes* que define o meio social de origem dos jovens; ou ambos os casos.

Por *cultura juvenil*, em sentido lato, pode entender-se o sistema de valores socialmente dominantes atribuídos à juventude (tomada como conjunto referido a uma fase da vida), isto é, valores a que aderirão jovens de diferentes meios e condições sociais. Por exemplo, ao considerar-se o fenómeno da *moda* através do uso de pares de variáveis como «identificação-diferenciação», «inovação-passividade», os jovens valorizariam os extremos dos contínuos que apontam para a «diferenciação» e a «inovação», isto é: a moda seria entendida pelos jovens (por todos eles?) como uma possibilidade de expressividade, de auto-realização, de relativa independência de controlo social.

Para além da apregoada atracção que alguns aspectos da cultura juvenil (tomada em sentido lato) exercerão sobre jovens de diferentes meios sociais, temos contudo de admitir que esses valores serão mais ou menos prevacentes e diferentemente vividos segundo os meios e as trajectórias de classe em que os jovens se inscrevem.

No domínio da sociologia da juventude, o conceito de *cultura* tem sido predominantemente utilizado com o propósito de discernir os diferentes significados e valores de determinados comportamentos juvenis, sendo as culturas juvenis predominantemente vistas — tanto pela corrente «geracional» como pela corrente «classista» — como processos de *internalização* de normas, como processos de *socialização*. É, por conseguinte, ao nível das representações sociais dominantes (das culturas dominantes) que as culturas juvenis se têm analisado. No entanto, nada se perderia — muito pelo contrário — em reivindicar uma utilização mais dinâmica do conceito de cultura juvenil, explorando também o seu sentido «antropológico», aquele que faz apelo para específicos modos de vida e práticas quotidianas que

Falmer Press, 1983, pp. 11-26. Nesta linha teórica, a própria existência de um mercado de trabalho juvenil é questionável: OECD, *Youth Unemployment: A Report on the High Level Conference*, Paris, vol. 1, OECD, 1978.

⁸¹ J. O. y Gasset, *Obras Completas [...]*, t. III, p. 149.

expressam certos significados e valores não apenas ao nível das instituições, mas também ao nível da própria vida quotidiana.

De facto, mesmo encarando as culturas juvenis como resultado de específicos *processos de socialização*, haverá que entender o conceito de *socialização* em vários sentidos. Permito-me destacar dois dos mais importantes, entre os quais se tem estabelecido uma oposição cuja irredutibilidade parece conveniente ultrapassar:

1.º Num primeiro sentido, o conceito de socialização tem sido utilizado para analisar como, na sociedade, os ordenamentos sociais são possíveis pela transmissão de normas a um nível colectivo, macrosocial (normas de gerações, normas de classes sociais, etc.).

2.º Num segundo sentido, o conceito de socialização tem sido utilizado a um nível microsociológico, sendo desse modo possível entender como os indivíduos, quotidianamente, reproduzem ou modificam essas normas, ou criam em alternativa outras.

Em ambos os sentidos, a *cultura* pode ser entendida como um conjunto de significados partilhados; um conjunto de símbolos específicos que simbolizam a pertença a um determinado grupo; uma linguagem com seus específicos usos, particulares rituais e eventos, através dos quais a vida adquire um sentido. Esses «significados partilhados» fazem parte de um conhecimento comum, ordinário, quotidiano.

A questão que se coloca — se queremos decifrar os enigmas dos paradoxos da juventude — é a de saber: 1.º se os jovens partilham os mesmos significados; 2.º se, no caso de partilharem os mesmos significados, o fazem de forma semelhante; 3.º a razão por que partilham ou não, de forma semelhante ou distinta, determinados significados.

Para responder a estas interrogações, torna-se necessário que os jovens sejam estudados a partir dos seus *contextos vivenciais, quotidianos* — porque é quotidianamente, isto é, no curso das suas interacções, que os jovens constroem formas sociais de compreensão e entendimento que se articulam com formas específicas de consciência, de pensamento, de percepção e acção.

Mais que fazer uma dedução dos «modos de vida» dos jovens a partir de um «centro» imaginário correntemente identificado com uma cultura dominante (de gerações ou de classes), parece ser preferível estarmos prioritariamente abertos a uma análise *ascendente* (passe a expressão) dos modos de vida dos jovens, partindo dos seus infinitesimais mecanismos, das estratégias e tácticas quotidianas, tentando perceber como esses mecanismos são investidos, utilizados, transformados, quais são as suas possíveis involuções ou generalizações. É esta forma de olhar a sociedade, através do quotidiano dos jovens, uma condição necessária para uma correcta abordagem de alguns dos *paradoxos da juventude*, embora não suficiente.

Importa também ver de que forma a «sociedade» se traduz na vida dos indivíduos. Ou seja, dos contextos vivenciais ou quotidianos dos indivíduos fazem também parte *crenças e representações sociais* que os jovens encontram sem que directamente tenham tomado parte na sua elaboração. Constituem essas crenças e representações sociais o fundamento de interpretações «colectivas» que repousam em pertenças de geração e de classe social, como tem sido defendido, respectivamente, pelas correntes «geracional» e «classista». No fluir destas duas correntes tem avançado a socio-

logia da juventude. Mas também poderá avançar no refluxo delas, em movimentos de contracorrente. É que andar «ao sabor das correntes» envolve, não raras vezes, um grave perigo: o perigo de nos deixarmos arrastar por elas, de a elas nos «acorrentarmos», como náufragos à deriva.